



ENVELHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM MARINGÁ : UMA ANÁLISE DO PROCESSO ELEITORAL DE 2014

Jaqueline Ilaria de Lima (PIBIC –AF/CNPq), Simone Pereira da Costa Dourado (Orientador), e-mail: simone@wnet.com.br.

Universidade Estadual de Maringá/Centro de Ciências Humanas/
Maringá, PR.

Antropologia e Antropologia Política

Palavras-chave: estudos geracionais, participação política, envelhecimento

Resumo:

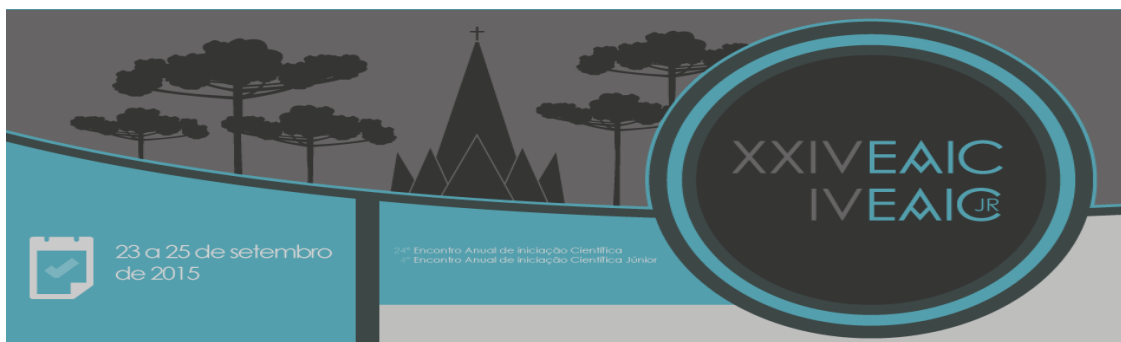
A presente comunicação tem por objetivo descrever e analisar a participação política do grupo de idosos com 70 e mais anos de idade, residentes na cidade de Maringá. Nosso foco é o processo político e eleitoral de 2014. Assim como os jovens que estão entre os 16 e 18 anos, o voto para os idosos acima dos 70 anos não é obrigatório, sendo, portanto, interessante dimensionar a importância que eles atribuem a democracia representativa.

Introdução

Consideramos a velhice "como uma categoria socialmente produzida" (DEBERT, 1998, p. 08), no qual os indivíduos apreendem cada etapa de vida de maneira subjetiva e heterogênea, e, sobretudo, que as identidades etárias, entendidas como construções sociais, tendem a incorporar de forma legítima nossas percepções e nos impulsionar explicita ou implicitamente a ser parte integrante de grupos etários que são externos a nós e que, ao mesmo tempo, delimitam barreiras artificiais e arbitrárias sobre os indivíduos.

Estas demarcações etárias são arbitrárias, mas são importantes marcadores sociais, ou seja, um sistema de datação passa a ser o articulador de papéis sociais e delimita direitos e deveres.

Assim, o envelhecimento deixa de ser apenas um problema de ordem individual e passa a abranger questões públicas, principalmente com a acentuada queda na taxa de natalidade e o aumento significativo da longevidade dos brasileiros. Esse fenômeno demográfico conduz a uma



reflexão sobre a velhice como um problema de ordem econômica : gastos com saúde e sistema previdenciário.

A visibilidade demográfica dos idosos e suas lutas pelo reconhecimento de seus direitos em uma sociedade que cria muitos mecanismos de ocultação de sua existência, redesenhou e reconfigurou as representações sociais sobre o que é essa última fase da vida. Dentro do campo jurídico, os idosos foram incorporando conquistas significativas como a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003) e passaram a ter seus direitos assegurados.

Campos de estudos sobre o processo de envelhecimento se disseminaram, como a Gerontologia e a Geriatria. Na contemporaneidade, é possível perceber um olhar diferenciado sobre o idoso e uma atitude relativista em relação a esse grupo geracional que se contrapõe as visões de que a velhice incomoda.

Os idosos passam a participar de forma muito expressiva de diversos processos políticos e sociais. A ampliação de sua presença e participação nos processos políticos e eleitorais é uma tendência crescente.

Dessa forma, o presente trabalho busca descrever e analisar o comportamento político dos idosos com 70 e mais anos de idade no processo eleitoral de 2014. A análise inclui uma dimensão comparativa com o comportamento adotado pelo grupo geracional dos jovens entre 16 e 18 anos. O objetivo é verificar se a adesão a democracia representativa significa para os idosos uma forma de integração social.

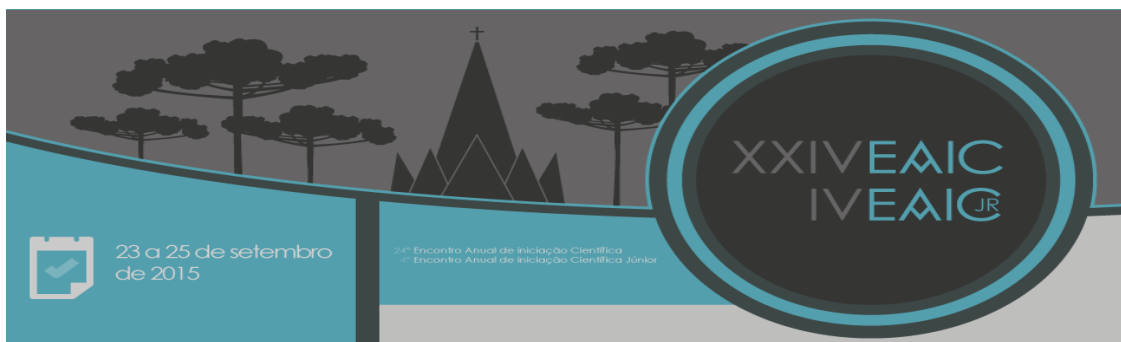
O sociólogo Karl Mannheim será o autor que contribuirá para a construção dessa análise.

Materiais e métodos

A pesquisa tem como referência a base de dados sobre o perfil do eleitorado disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A sistematização desses dados quantitativos sobre o eleitorado brasileiro, em 2014, será confrontado com a bibliografia sobre comportamento político e envelhecimento.

Resultados e Discussão

Na atual fase de desenvolvimento da pesquisa, pode-se apresentar como resultado a ser considerado a significativa ampliação do número de idosos que, em condições de exercer o direito de não mais participar do processo eleitoral de 2014, optaram por continuar comparecendo para votação.



Conclusões

O estagio atual de desenvolvimento da pesquisa, nos permite afirmar que há um processo de intensificação da participação política dos idosos, exemplificada pelo alto comparecimento desse grupo geracional nos postos de votação nas eleições de 2014. Participar da democracia representativa, exercendo o direito ao voto, tem sido uma opção para os idosos que tem 70 anos ou mais. O interessante é perceber a força do voto para o grupo geracional dos que estão acima dos 70 anos, quando comparado ao descrédito desse tipo de participação para os jovens entre 16 e 18 anos. Para os idosos, assim como para os jovens que estão entre os 16 e 18 anos, o voto é facultativo. Contudo, é possível perceber que há maior participação do grupo de idosos com 70 anos ou mais entre os eleitores do que jovens entre 16 e 18 anos. Os significados desse comportamento para um grupo e para outro estão em processo de análise.

Agradecimentos

Agradeço aos membros do Grupo de Estudos de Gerações do Departamento de Ciências Sociais, pela grande contribuição. A minha orientadora Simone Pereira da Costa Dourado, pelos ensinamentos, dedicação e paciência.

E ao CNPq pelo financiamento da bolsa de Iniciação Científica.

Referências

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In Debert, Guita Grin. **A Antropologia e a velhice** – Textos Didáticos, 2º Ed. 1 (13), Campinas, IFCH/Unicamp, 1998, pp. 07-27.

_____. A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp. 1999.

MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna”, in: Sulamita Britto (org.). Sociologia da juventude I – da Europa de Marx à América de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 69-94, 1968.